

E QUANDO A CASA VIRA MUSEU? OS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS EM SALVADOR – BAHIA.

YUNES, Gilberto Sarkis

Arquiteto, doutor, professor adjunto, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unifacs, Salvador, Bahia (gsy@ig.com.br)

RESUMO

Numa visão retrospectiva da arquitetura brasileira fica evidente a inexistência da história da casa brasileira, ou da singularidade da casa baiana, mostrada através de seu receptáculo original: a edificação. Moradias preservadas como fonte de informação e pesquisa, possibilitando verificar sistemas construtivos, partidos arquitetônicos, disposição de mobiliários e equipamentos com seus respectivos usos, permitindo o entendimento do quadro de vida de cada época. Salvador completou 456 anos mantendo um patrimônio que abriga exemplares arquitetônicos representativos da evolução da cidade brasileira: cenário e fonte de pesquisa para estudos históricos das questões de habitação.

Dez antigas residências do XVII, XVIII, XIX e XX, todas com algum grau de proteção e atualmente desempenhando a função de museus, formam uma amostragem da arquitetura que busca evidenciar a possibilidade do diálogo desperdiçado. E a casa vira museu... Cabe destacar que, no percurso da reutilização destas edificações, a função de moradia se perde, restando dela poucos ou nenhum vestígio. E o museu elimina a casa... Assim, esta reflexão crítica tem como objetivo ressaltar que a cidade de Salvador, com alguns exemplares selecionados e já consagrados como museus, poderia proporcionar a experimentação destes espaços e a informação necessária à complementação dos estudos teóricos sobre a casa brasileira.

ABSTRACT

A retrospective look into Brazilian architecture reveals the missing history of both, the Brazilian house and the singularity of the Bahia house as told by their conceptual structure, the edifice. Architectural orders, furniture and furnishings layout, and their respective usages are observed in dwellings kept as research sources that reproduce the life scene of each period. On its 456th anniversary, the city of Salvador boasts an architectural heritage that features examples of the evolution of dwellings in Brazilian cities, thus providing a setting and data source for historical research.

Ten officially listed residences built in Salvador in the 17th, 18th, 19th and 20th centuries that currently house museums have been selected to provide an architectural sampling that indicates a possibly wasted dialogue. And so, the dwelling is turned into museum... Particularly noteworthy is the fact that, in the process of altering the purpose of these buildings, the function of residence has vanished, leaving behind little or no trace. And so, the museum does away with the dwelling... This critical reflection is aimed at pointing out that Salvador could make these homes turned into museums available for investigation and thus provide data for supplementary theoretical studies on the Brazilian house.

INTRODUÇÃO

Quando se faz uma visão retrospectiva da arquitetura no Brasil torna-se evidente a inexistência de uma história da casa brasileira, ou particularmente da singularidade da casa baiana, mostrada através de seu receptáculo original que é a edificação em seu contexto de uso.

Exemplares de moradias preservados como fonte de informação e pesquisa, possibilitando a verificação de sistemas construtivos, partidos arquitetônicos, disposição de mobiliários e equipamentos com seus respectivos usos e, assim, permitindo o entendimento do quadro de vida de cada época, consagrado pelo espaço da edificação.

Salvador completou 456 anos mantendo um patrimônio que abriga surpreendentemente exemplares arquitetônicos representativos da evolução da cidade brasileira. Tendo sido a primeira capital do Brasil até 1763, torna-se cenário e fonte de pesquisa para estudos históricos que envolvam as questões de moradia.

Neste processo, entre transformações e renovações, coube a alguns edifícios residenciais notáveis a tarefa de permanecer como testemunho de seu tempo. Para tanto, estas edificações voltaram-se à função de receber atividades que possibilitassem a produção e exposição de informações culturais, dinamizando conhecimentos para a sua população e visitantes: museus como agentes do uso do patrimônio arquitetônico.

Se considerarmos as tipologias e usos agregados ao valor documental das edificações, observaremos que, pelo fato de representarem diferentes manifestações do ato de habitar no Brasil, vários destes exemplares mantiveram pelo menos no seu arcabouço, ou em alguns elementos, a identificação da arquitetura para a qual foram concebidos.

Assim, esta reflexão crítica tem como objetivo ressaltar que a cidade de Salvador, somente com alguns exemplares selecionados e já consagrados como museus, poderia proporcionar a experimentação destes espaços e a informação necessária à complementação dos estudos teóricos sobre a casa brasileira.

E a casa ...

Na historiografia da arquitetura brasileira alguns estudos vêm, desde os anos 30 do século passado, registrando o espaço doméstico brasileiro e apresentando-o de maneira clara e sistemática como resultante das alterações da sociedade e dos conceitos de moradia.

Com uma visão ampla e ao mesmo tempo focada no período colonial brasileiro, Gilberto Freire, com Casagrande e Senzala (1933), elabora análise precursora das relações sociais e, automaticamente, espaciais, do quadro de vida nesta época.

Posteriormente, dos anos 70, temos publicações de Nestor Goulart Reis Filho, Quadro da Arquitetura no Brasil (1970), de Gilberto Freyre, A Casa Brasileira (1971), de Luís Saia, Morada Paulista (1972) e de Carlos Lemos, Arquitetura Brasileira (1979).

Dos anos 80, publicações de Murillo Marx, Cidade Brasileira (1980), de Yves Bruand, Arquitetura Contemporânea no Brasil (1981), de Carlos Lemos, História da Casa Brasileira (1989), e dos anos 90, Esterzilda Berenstein de Azevedo, Arquitetura do Açúcar (1990), e Francisco Salvador Veríssimo e William Seba Mallmann Bittar, 500 anos da Casa no Brasil. As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia (1999).

Cabe ainda ressaltar os registros das moradias dos imigrantes no sul do Brasil, notadamente alemães, italianos e açorianos, que por força do recorte do estudo aqui apresentado, tornam-se impróprios para a argumentação pretendida. Observações mais abrangentes e atuais sobre a arquitetura brasileira, elaboradas por Roberto Segre e Hugo Segawa podem também integrar a base para a pretendida análise.

Considerando-se que estes estudos nos proporcionam o entendimento e a fundamentação para identificar as tipologias das arquiteturas das moradias brasileiras, especificamente em Salvador, Bahia, cabe destacar que, embora todos os exemplares escolhidos tenham graus de proteção e preservação estabelecidos, principalmente por sua representação e função de origem, observa-se que no percurso da utilização destas edificações, a função de moradia se perde, restando dela poucos ou nenhum vestígio.

... vira museu

Uma das questões mais importantes e discutidas entre os profissionais da área de preservação do patrimônio arquitetônico é justamente a reutilização das edificações preexistentes e o modo de intervenção para que novas funções sejam adequadas a estes espaços.

Se considerarmos somente as transformações para museus o caso torna-se ainda mais peculiar pois, nesta passagem, o resgate do entendimento do espaço do arcabouço

arquitetônico original raramente aparece sob a forma de documentação gráfico-visual ou mesmo no contexto museológico que ele acolhe. Em algumas edificações esta informação é imprecisa ou inexistente.

Este fato demonstra a superação da nova função em detrimento às antigas, desconsiderando o importante papel da compreensão do espaço arquitetônico como documento dos usos que se sucederam. Evidencia-se assim a preocupação com os aspectos expositivos dos acervos que acabam por eliminar e se sobrepujar à edificação que os abriga.

AS CASAS. OS MUSEUS.

As edificações selecionadas serão aqui apresentadas em uma cronologia a partir das mais antigas e de acordo com as suas feições atuais.

Dez exemplares, todos com algum grau de proteção, demonstram sua potencialidade para formar uma amostragem da arquitetura como conteúdo do projeto museográfico a ser exposto, evidenciando a possibilidade do diálogo atualmente desperdiçado. Deste total, três residências são originárias do século XVII, uma do XVIII, duas do XIX e duas do XX. Outras duas residências serão apresentadas como casos especiais pelas peculiaridades dos seus processos de transformação.

A casa do século XVII

Museu Casa dos Sete Candeeiros. (fotos 1 e 2).

Tombado pelo IPHAN em 1938. Inventário do IPAC, 1975.

Importante exemplar de residência, praticamente intacta na leitura dos espaços e sistema construtivo. A casa possui características das construções de meados do século XVII, não havendo documentação que o comprove.

Trata-se de casa nobre urbana, cuja implantação evidencia seu caráter defensivo presente na robustez das paredes e nas raras aberturas do pavimento térreo. Foi construída sobre um dos baluartes da primeira cinta defensiva da primitiva cidade de Salvador datada do século XVI.

A construção é em alvenaria de pedra e cal, com divisórias internas em parede francesa. Com planta retangular, a casa desenvolve-se em dois pavimentos mais sótão. A circulação nos três pavimentos é do tipo corredor central, que se articula com pátio externo elevado e murado.

O acesso ao pavimento nobre é feito por amplo saguão flanqueado por dois salões. O pavimento nobre apresenta amplos salões que se abrem para o exterior através de janelas de púlpito. Junto a um dos salões deste pavimento nobre encontra-se a capela com urupema. Os tetos e portas apresentam, guarnições de madeira lavrada.

Supõe-se que recebeu a denominação Casa dos Sete Candeeiros, devido aos sete lampiões de azeite colocados em sua fachada para iluminar o então Beco do Ximenes durante a estadia de parte da comitiva real de D. João VI, em 1808.

Esta casa pertenceu inicialmente aos Jesuítas até a sua expulsão do país, sendo em seguida leiloadada. Residência de várias figuras ilustres da história baiana, chega até nós com importantes elementos construtivos do século XVII e XVIII: no pavimento térreo as portas internas de almofadas rasas e pequeno trecho da barra de azulejos de tapete que recobriam as paredes do salão, escadaria, sacadas nas fachadas em pedra de cantaria com grades em ponta de lança

Entre 1947 e 1951, após uma série de estudos é realizada a compra pela União, sendo aí instalada a sede do IPHAN na Bahia e um pequeno museu. Hoje abriga no térreo o setor de restaurações de bens móveis e integrados da 7ª. S.R. e, no pavimento nobre exposição do acervo arte do XVII e XVIII, como alfaias, telas, imagens e mobiliário. O museu permanece fechado ao público, sendo permitido visitas eventuais com programações antecipadas.

Externamente a edificação encontra-se descontextualizada, em meio às edificações do século XIX e XX que impedem e desfiguram sua visualização e escala.



foto 1



foto 2

Centro de Memória e Cultura dos Correios

Inventário do IPAC, 1975. Tombado IPHAN / UNESCO como área do centro histórico. (Fotos 3 e 4).



foto 3

Situado na Praça Anchieta, junto ao Cruzeiro de São Francisco, no centro histórico, o sobrado de esquina é um típico solar urbano de meados do século XVII, com três pavimentos e pátio nos fundos. O conjunto é hoje composto por dois sobrados conectados no segundo andar. O inventário do IPAC de 1975, supõe que este prédio e o de número 2 da rua Inácio Acioli, atualmente interligados no segundo andar, assim como o contíguo da praça Anchieta 18, como apresentam fachadas com características semelhantes, poderiam ter sido um só edifício externamente.

Esta hipótese pode ser comprovada pela presença de paredes mestras e pilastras nas fachadas dividindo o volume em três corpos, originalmente três unidades distintas.

O edifício da esquina, acesso e corpo principal do museu tem tratamento diferente dos dois vizinhos: casa nobre com portada, saguão e forros apainelados nos salões do primeiro e segundo andares que inexistem nos outros.

Durante grande parte do século XX foi hotel, residência e comércio, com alteração do espaço pela subdivisão dos cômodos e adaptação de sanitários.

O Centro de Memória e Cultura dos Correios instalado no edifício foi cedido à empresa em 1999 pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Inaugurado em abril de 2000, mantém o térreo com a função comercial dos correios e a parte superior abriga nos andares o museu com as salas de exposição de artistas plásticos e temáticas regionais. Esta adaptação acrescenta espaços e equipamentos atuais, como sanitários e cozinha, porém mantém visivelmente o partido da residência sendo que, para tanto, foram eliminadas as paredes introduzidas em outros períodos e provenientes de outras ocupações. Não há referências às utilizações originais de cada setor da casa.



foto 4

Quinta e Solar do Unhão / Museu de Arte Moderna da Bahia

Inventário IPAC, 1975. Tombado IPHAN década 1940.(fotos 5 e 6).

Hoje integrado ao contexto urbano da cidade baixa, este antigo engenho de cana de açúcar do século XVII, apresenta ainda claramente o complexo formado pela casa-grande, capela, senzala e armazéns. Seu proprietário, Pedro de Unhão Castelo Branco, aí residiu a partir de 1690. Construído em um aterro sobre o mar a casa-grande desenvolve-se em três pavimentos. Até meados do século XIX o solar só possuía dois pavimentos e água-furtada em ambas as frentes com três janelas e duas nos lados laterais. Sua distribuição funcional segue o esquema do período colonial: térreo utilizado como serviço; primeiro andar, ocupado pela família, água-furtada para dormitório dos criados. A planta da capela de 1749 apresenta a particularidade da nave e a capela-mor ter a mesma largura e altura.

Segundo o inventário do IPAC, sua fachada rococó deve ser do XIX.



foto 5



foto 6

Em meados do Século XVIII, em seu período áureo, foram incorporados os painéis de azulejos portugueses existentes nas laterais da ponte de quatro arcos que faz o acesso ao solar. Também o chafariz de arenito e a capela foi reedificada para homenagear Nossa Senhora da Conceição. Com o declínio da economia açucareira passa a ter novas funções como fábrica de rapé, derivados de cacau, oficinas e depósito de combustíveis chegando em meados do século XX, durante a segunda guerra mundial, a servir de quartel para fuzileiros navais. Do interior do solar nada sobrou com a sua transformação em fábrica de rapé e trapiche. O complexo, assim como os outros engenhos de açúcar, por possuir extenso cais e armazéns faz supor que sua função fosse de recolher e exportar a produção do Recôncavo. O conjunto atualmente mantém remanescentes das soluções arquitetônicas dos séculos XVII, XVIII e XIX.

O museu, criado em 1962 a partir de uma intervenção de restauração e adaptação inicialmente para Museu de Arte Popular por Lina Bo Bardi, quando foi introduzida a escada helicoidal que liga o primeiro ao segundo andar. Os espaços abertos do solar foram concebidos para exposição, inclusive a igreja e galpões. Para o térreo foi prevista a função de restaurante. Em 1966 passa a sediar o atual Museu de Arte Moderna da Bahia, cujo acervo permanente mantém obras de arte brasileira a partir do modernismo.

Atualmente, os salões dos dois andares da antiga casa-grande tiveram as janelas cobertas internamente com painéis para abrigar o espaço das exposições.

Em 1997 foi incorporado o Parque de Esculturas, em área contígua ao antigo complexo.

A casa do século XVIII

Solar Gravatá / Casa de Angola na Bahia.

Inventário IPAC. Tombado IPHAN 1974. (foto 7)

Este sobrado pertence primeira metade do século XVIII. O edifício se desenvolve em quatro pavimentos: térreo, mezanino, pavimento nobre e um sótão recuado. Seguindo o partido tradicional deste período, no térreo localizava-se o depósito com oito janelas gradeadas, substituídas posteriormente pelas portas atuais. A primeira porta dava acesso ao alojamento dos escravos, cavalaria e quintal. O entre-piso servia de acomodação para os criados. No pavimento nobre existiam salões, capela e quartos. O sótão possuía quatro salões e sete quartos, todos forrados. O quintal era dividido em terraços com muros gradeados: no primeiro ficava a cavalaria, no segundo a senzala e os banheiros, com saída para a rua.



foto 7

Fato de destaque, o processo de tombamento do solar foi elaborado por Godofredo Filho, com parecer de Lúcio Costa. Nele são citados os arranques da escada, azulejos de relevo, ou seja, elementos arquitetônicos evidenciados por Lucio Costa, em março de 1944. Já sobre o partido e a implantação exemplares da residência Godofredo Filho, em abril de 1944, acentua: "casa bahiana das mais significativas, não só pela solidez de sua construção, como pelas suas dimensões, detalhes decorativos de alto valor, situação de relevo na paisagem urbana, e também por sua ligação à história de famílias das mais tradicionais da época colonial e do Império".

Da época do inventário do IPAC, em 1973, tem-se o registro de uso como comércio e casa de cômodos.

Na intervenção para adaptação à Casa de Angola na Bahia foram retiradas dos pavimentos da antiga residência algumas paredes divisórias e compartimentos, considerados acréscimos interferentes já presentes no cadastro do IPAC de 1975. O pavimento térreo possui função comercial junto ao passeio enquanto que o primeiro andar abriga a área para exposições e op segundo o setor administrativo da instituição. Na relação entre o espaço arquitetônico da antiga residência e a função atual, o partido geral foi mantido e recuperado, porém ausentando as referências dos usos originais.

A casa do século XIX

Sobrado de residência e comércio / Casa do Benin

Tombado IPHAN / UNESCO como área do centro histórico. (foto 8).

Sobrado de esquina, possivelmente do século XIX, possuía pavimento térreo destinado à comércio, e mais dois andares residenciais, conforme partido adotado no período e da tipologia existente no Pelourinho e na área de continuidade para Santo Antônio Além do Carmo. Conhecido como "sobrado 7 da baixinha", passou por várias utilizações posteriormente à residencial. Foi sede da Associação da Guarda Civil, abrigou vários escritórios e usos comerciais, chegando em 1985 à ruína.



foto 8

O museu inaugurado em maio de 1988 proveniente de intercâmbio entre a Bahia e a República Popular do Benin, particularmente a cidade de Cotonou. Interior com intervenção de Lina Bo Bardi, foi um dos projetos precursores da introdução de estrutura independente de concreto pré-moldado

no interior de edificações históricas, mantendo somente a carcaça externa. O conjunto projetado compreendia além da intervenção para a Casa do Benin, a utilização de duas edificações vizinhas destinadas à residência do representante e para um restaurante típico. Atualmente mantém acervo de arte cottonou e exposições temporárias.

Sobrados de residência e comércio / Museu Eugenio Teixeira Leal

Tombado IPHAN / UNESCO como área do centro histórico. (foto 9).

O memorial do Banco Econômico, também denominado Museu Eugênio Teixeira Leal, foi criado em 1984 a partir da anexação de duas residências assobradadas do século XIX, com comércio no térreo e residência nos andares superiores, localizadas em uma das principais esquinas do Pelourinho, entre as ruas Castro Rabello e Alfredo de Brito. Foi previsto inicialmente para ocupar o casarão de três pavimentos de esquina que havia passado por um incêndio e destruído internamente. Posteriormente o projeto do memorial incorpora o terreno vizinho com a casa de quatro pavimentos.

O complexo original composto pelo memorial e agência bancária, hoje mantém uma joalheria na área comercial do térreo, e os andares superiores, contam a história do banco e do dinheiro.

O interior das duas edificações não deixa vestígios do partido arquitetônico residencial, adotando materiais e composição espacial compatíveis com as novas funções. Externamente foram mantidas as volumetrias e composições das duas edificações, evidenciando sua distinção original porém uniformizadas e integradas pelo tratamento de fachadas e esquadrias.



foto 9

A Casa do Século XX

Palacete Comendador Bernardo Martins Catharino / Museu Rodin – Bahia

Tombado IPAC, década de 1980. (foto 10)

Projetado pelo arquiteto italiano Rossi Baptista, conforme Godofredo Filho é o mais representativo exemplar de arquitetura civil privada construído em Salvador entre os anos de 1911 e 1912, dentro dos padrões do ecletismo. O palacete com vasto programa foi distribuído no terreno, com recuos laterais e frontal, reservando grande área nos fundos para a densa e exuberante vegetação típica da mata atlântica.

A residência, desenvolvida em três níveis abrigava no porão a biblioteca, sala de bilhar, gabinete, adega, apartamento de três peças para criados, lavanderia e garagem; no primeiro pavimento ficava o vestíbulo, sala de visitas, salões de jantar e de música, salas de almoço e de costura, gabinete, aposento do mordomo, copa e cozinha; já o segundo andar comportava os dez quartos, saleta, terraço e varandas.

Havia também um sótão, com acesso por este andar. Dentre os equipamentos e materiais importados podem ser citadas as louças sanitárias, a escada metálica, o elevador, os vidros, os cristais, os *parquets*, os mármore, os ladrilhos e as ferragens.



foto 10

Após o uso residencial pela família, passa ao Estado como sede do Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Cultura.

Em fevereiro de 2003 é anunciada a instalação do Museu Rodin na Bahia, utilizando o ambiente do palacete e construindo um prédio anexo na área do fundo do terreno. Segundo o programa previsto, o palacete passa por uma restauração e adaptação às novas funções necessárias à exposição do acervo. Além de abrigar algumas das mais importantes obras de Auguste Rodin, o museu terá espaços multiuso e de convivência. O programa prevê para o térreo, antigo porão, um hall de acolhimento, guarda-volumes, espaço pedagógico reversível, espaço interdisciplinar e salas de apoio didático; no primeiro andar haverá um centro de referência integrado, o memorial do palacete e dois espaços permanentes para esculturas; o segundo andar foi destinado às exposições didáticas de longa duração. O sótão foi reservado para as atividades administrativas. Para que este programa fosse implantado houve a necessidade eliminar algumas paredes e batentes do segundo andar, a fim de obter espaços mais amplos e integrados.

Residência / Museu Carlos Costa Pinto (foto 11).



foto 11

A casa foi projetada em 1958 pelos arquitetos Euvaldo Reis e Diógenes Rebouças em estilo “colonial americano”, mais precisamente o que no Brasil se configura como o neocolonial californiano. Inicialmente concebida para residência da família, nunca chegou a ser habitada. A partir de 1969, passa por alterações para atender a função de museu. Atualmente abriga o acervo doado pela viúva, Margarida de Carvalho Costa Pinto. Conforme estatuto da fundação, o museu foi criado para conservar aspectos da antiga residência de Carlos Costa Pinto com objetos de arte colecionados por ele no século XX. Do projeto da residência, o quarto do casal foi montado simulando a utilização a destinação original dos espaços.

O museu e a casa: versões neocoloniais.

Solar Ferrão / Museu Abelardo Rodrigues.

Tombado IPHAN / UNESCO como área do centro histórico.(fotos 12 e 13)

A construção do edifício teve início no final do século XVII e, indícios construtivos sugerem que ele seja resultado da fusão de duas casas. Em meados do século XVIII, os jesuítas se instalam no prédio com o Seminário de Nossa Senhora da Conceição, promovendo algumas obras de adaptação. Entre 1793 e 1814 o solar teve como proprietário Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, do qual herda o nome conhecido até hoje. Após sucessivas ocupações é adquirido em 1892 pelo Centro Operário que, entre 1929 e 1931, transforma-o em um edifício neocolonial. Com o declínio das atividades deste Centro entra em processo de degradação física, devido à utilização de aluguel como moradia em cômodos, serralherias e marcenarias.

O edifício possui três pavimentos na frente, e seis no fundo, além do porão, devido ao declive do terreno. Externamente, duas portadas de pedra, uma de 1690 e outra de 1701, dão acesso à casa com duas escadas. Uma delas, onde hoje é o acesso ao museu, é ampla, em mármore, e culmina com uma espécie de *loggia* com arcos com colunas tipo salomônicas. Na fachada principal, além das portadas, destacam-se as janelas abalcoadas do pavimento nobre, com gradil de ferro.

Em 1977 a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia adquire o edifício do Solar. Volumetricamente ele é hoje resultado da intervenção efetuada entre 1978/81 pelo IPAC, que buscou resgatar suas características primitivas. Apesar das alterações realizadas interna e externamente, conserva características do fim do século XVII e início do XVIII. O projeto de restauração do solar e de sua adaptação para a sede do IPAC e museu buscou deixar vestígios da antiga residência encontrados durante a obra: colunas, cloacas e outros elementos originais representativos das quatro fases da edificação estão visíveis no seu contexto.

No pavimento nobre, alguns cômodos possuem forros apainelados.



foto 12



foto 13

Residência / Museu de Arte da Bahia

Corredor da Vitória. Elementos arquitetônicos isolados tombados pelo IPAC.(fotos 14 e 15)



foto 14

A casa nobre original, residência do comerciante José Cerqueira Lima data de meados do século XIX. Foi vendida em 1858 para abrigar o colégio São José e, a partir de 1879, é efetivada a compra do imóvel pelo Governador Geral. Após restauração, torna-se residência oficial dos presidentes da Província da Bahia e Palácio dos Governadores, após a República.

Em 1925, o edifício passa por grande reformulação, sendo foi reconstruído para abrigar a Secretaria de Educação e Saúde do Estado, seguindo a estética neocolonial.

Com esta obra foram eliminados todos os elementos arquitetônicos da antiga casa nobre colonial.

Conforme padrão usual no estilo, foram acrescentados elementos arquitetônicos provenientes da demolição de outros solares: portada seiscentista com moldura em arenito de 1674; a porta monumental de vinhático e jacarandá; os silhares de azulejos portugueses; os elementos de talha barroca montados como corrimão da escada; estátuas de mármore, quatro alegorias das quatro estações anteriormente guarneciam a entrada do atual elevador Lacerda, antes de sua reforma nos anos 30. Assim, a edificação atual se caracteriza por ser uma grande e requintada colagem destes elementos arquitetônicos.



foto 15

O Museu de Arte da Bahia foi instalado na antiga casa nobre, agora com feição neocolonial, a partir de novembro de 1982. No hall do térreo estão o auditório, a loja, as salas de exposições temporárias, a diretoria e o setor técnico. No primeiro andar, as salas com a exposição do acervo permanente do museu. Da residência original do século XIX não existem vestígios, nem documentação informativa, no contexto museológico.

CONCLUSÃO

Percorrendo o processo de permanência de dez edificações residenciais, todas localizadas junto ao centro histórico de Salvador ou em suas imediações, percebe-se que se teria a oportunidade de projetar um roteiro da casa baiana, ou mesmo brasileira, partindo dos museus já existentes e consagrados na cidade. Alguns já possuem, em seu contexto atual, dados referenciais que poderiam servir de apoio para o projeto de resgate das informações sobre sua arquitetura original.

Como pólo irradiador ou mesmo, linha condutora deste procedimento didático, novos exemplares de edificações poderão ser anexados às notáveis. Tão importantes quanto estas, outros padrões de residências, selecionadas pela significação no quadro social e participação no contexto da cidade, complementariam o conjunto das edificações representativas do modo de habitar.

Este objetivo poderá ser alcançado utilizando-se como base não só e necessariamente os museus em sua forma tradicional e institucional, mas também selecionando as moradias consideradas elucidativas, dentre o rico patrimônio ainda existente. Este procedimento auxiliaria na manutenção

dos imóveis, seja abrindo-os à visitação em períodos definidos ou mesmo servindo de hospedarias especializadas, desde que sejam mantidas as suas feições originais. Esta ampliação de exemplares poderia e deveria abarcar também exemplares de edificações mais recentes, incluindo-se aí as manifestações modernistas e suas variações.

Como forma conclusiva pode-se destacar duas possibilidades de intervenção ou soluções:

- Exposição didática da história da edificação em um setor do museu ou sinalizando e disponibilizando informações com as tecnologias e recursos atuais de comunicação.

- Definição de exemplares arquitetônicos passíveis de demonstrarem a história da casa brasileira, escolhidos através de uma política local, regional ou mesmo nacional junto aos setores culturais, buscando a formalização de uma estratégia de recuperação do seu conhecimento nas diferentes formas de configuração espacial e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do Açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990.

AZEVEDO, Paulo Ormino. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Monumentos de Salvador*. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio / IPAC, 1975.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

FILHO, Godofredo. *A influência do ecletismo na arquitetura baiana*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Número 19, pp. 15-27. Rio de Janeiro: IPHAN, 1984.

FREYRE, Gilberto. *Casagrande e Senzala*. (1933)

_____. *A Casa Brasileira*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.

LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1979.

_____. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da Casa no Brasil. As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.